

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Proc. de Termos Licitações e Contratos -

PARECER Nº: 0204/2016

PROCESSO:2016.02.001627

INTERESSADO: Secretaria de Educação

ÓRGÃO DE ORIGEM: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ASSUNTO: Consultiva Administrativa - Contratos Administrativos - Reajuste contratual

Trata-se de consulta formulada pela Controladoria Geral do Município acerca da forma de cálculo da repactuação concedida por intermédio de parecer já aprovado (vide fls.106-110). Em específico, questiona a CGM sobre "a possibilidade da inclusão do item 'indenização pelas perdas salariais dos meses de setembro de 2015 a fevereiro de 2016 (cláusula 4ª - parágrafo 1º)' na planilha de formação de custos, conforme disposto no CCT".

A consulta da CGM é deveras pertinente, sendo necessário que a resposta aborde dois tópicos, a saber:

1)A REPACTUAÇÃO e a inclusão de itens novos na planilha repactuada em decorrência da norma coletiva de trabalho (no caso, CCT).

Conforme já exposto no Parecer de fls 106-110, a repactuação representa a espécie de reajuste expressamente prevista na regulamentação municipal (Decreto n. 23.127/2007). Tem o atrativo de permitir uma completa paridade entre os preços que compõem o contrato e a realidade de mercado. Por isso, havendo sua previsão (como no caso há), é a forma de atualização recomendada em contratos de prestação de serviços contínuos que envolvam mão de obra, tal qual o presente.

É aplicável, em especial, nos casos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a partir da variação efetiva dos custos do contrato, geralmente, em decorrência de novo acordo ou convenção coletiva de trabalho (normas coletivas de trabalho).

De plano – e indo direto ao ponto suscitado pela CGM –, é de ver-se que o

Decreto Municipal n. 23.127/2007 estabelece, em seu art. 6º, §1º, o que segue:

Decreto Municipal n. 23.127/2007 - Art. 6º, §1º Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, **vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.**

Em tese, ter-se-ia que a parcela exposta na cláusula 4ª, parágrafo 1º da CCT em comento poderia ser qualificado, nos termos do Decreto Municipal de regência, como um benefício não previsto originariamente, restando vedada sua inclusão na planilha contratual por ocasião da repactuação. No entanto, **tal ilação não pode e não deve prosperar.**

De plano – e primeiramente –, é de ver-se que a parcela em comento resulta de norma coletiva de trabalho negociada entre as partes envolvidas (sindicato empregados x sindicato empregadores). Não pode o Município – ou qualquer outra pessoa física ou jurídica – simplesmente negar vigência à norma coletiva do trabalho (no caso, a CCT). De fato, caso haja irresignação quanto a alguma de suas cláusulas, é lícito ao Município (ou à qualquer pessoa) que a discuta sob as vias adequadas, e não com a mera inaplicação unilateral. É necessário, assim, que o devido respeito ao ordenamento jurídico seja concretizado, especialmente no que toca à norma coletiva do trabalho em comento.

Em segundo lugar, veja-se que a vedação exposta na normativa municipal há de referir-se, em termos hermenêuticos, ao ilegal e vedado acréscimo de parcelas por parte da empresa contratada. Como exemplo, não pode a empresa contratada pelo Município simplesmente decidir aumentar os benefícios de seus empregados e, com isso, repassar os custos ao Município.

Na espécie, a norma municipal deveria ser mais clara em tal ponto, a exemplo do que ocorre com a norma federal que trata da temática. De fato – e conforme será visto adiante –, o regramento federal que disciplina essa espécie de reajuste (a repactuação) indica que devem ser mantidas as condições iniciais da proposta do

contrato, admitindo-se alteração, tão somente, para a inserção de novos benefícios que, posteriormente, se tornaram *“obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva”*.

Eis, pois, a normativa federal na matéria (a melhor abordar o tema):

INSTRUÇÃO NORMATIVA n. 02/2008 – SLTI/MPOG

Art. 40. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

§ 1º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, **exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.**

Em vistas do exposto, entendo possível, em tese, a inclusão da parcela ora debatida na planilha repactuada, dando-se interpretação conforme ao Decreto Municipal n. 23.127/2007 (art. 6º, §1º). Saliento, no entanto, a necessidade de cumprimento do segundo requisito para seu efetivo pagamento, conforme manifestado abaixo.

2) A fórmula de cálculo para a incidência da parcela especificada pela CGM (indenização pelas perdas salariais dos meses de setembro de 2015 a fevereiro de 2016).

Exposta a possibilidade de inclusão da parcela debatida nas planilhas repactuadas, é de ver-se que o fundamento última de tal parcela, segundo a própria CCT, é a postergação do reajuste da categoria, sendo "indenizado" a posteriori aquilo que deveria ter sido como pago anteriormente.

Assim, por se tratar de verba (parcela) atrelada a um determinado marco temporal (perda salarial de setembro 2015 a fevereiro 2016), deve a contratada comprovar que os empregados que irão receber a verba em março, abril, maio, junho, julho e agosto de 2016 estavam EFETIVAMENTE empregados e prestando serviços ao Município, no bojo do contrato a ser repactuado, ao tempo da perda salarial (setembro de 2015 a fevereiro de 2016).

Ante o exposto, opino pela possibilidade de inclusão a parcela ora debatida na planilha repactuada, dando-se interpretação conforme ao Decreto Municipal n. 23.127/2007 (art. 6º, §1º). Alerto, por fim, para a necessidade aferição temporal acima exposta como condicionante ao efetivo pagamento da repactuação concedida.

À consideração superior.

Recife, 01 de julho de 2016

Bruno Santos Cunha
Matrícula 87.476-8